

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Linguistic variation - teaching portuguese in Brazil

Daywyanny da Silva Ataíde¹

Lucas da Silva Lima²

Claudionor Ferreira Araújo³

RESUMO

Este artigo tem como proposta discutir a influência vital da sociolinguística no aprimoramento do ensino da língua portuguesa. No estudo, os autores centram-se na importância de considerar as interações sociais e a diversidade linguística na sala de aula. Trata-se de um estudo qualitativo, bibliográfico e exploratório. Como referencial apoia-se em autores como Bagno (2001), Bortini (1999) e Faraco (2008). Apesar das diretrizes pedagógicas existentes, muitos professores ainda aderem rigidamente à gramática normativa. No entanto, a Sociolinguística Educacional surge como uma alternativa promissora para orientar os educadores e transformar a escola em um ambiente que valorize a variação linguística. A conclusão enfatiza a necessidade de uma abordagem mais flexível e inclusiva no ensino da língua, promovendo o respeito à diversidade linguística e cultural, resultando em uma educação mais equitativa e enriquecedora.

Palavras-Chave: Ensino; Língua Materna; Sociolinguística; Variação Linguística.

ABSTRACT

This paper emphasizes the vital influence of sociolinguistics for the enhancement of Portuguese language teaching. It explores the importance of considering social interactions and linguistic diversity in the classroom. Despite existing pedagogical guidelines, many teachers still rigidly adhere to normative grammar. As a reference we use authors such as: Bagno (2001), Bortini (1999), Faraco (2008) and others. However, Educational Sociolinguistics appears as a promising alternative to guide educators and transform the school into an environment that values linguistic variation. The conclusion emphasizes the need for a more flexible and inclusive approach to language teaching, promoting respect for linguistic and cultural diversity, resulting in a more equitable and enriching education.

Keywords: Teaching; Mother Language; Sociolinguistics; Linguistic Variation.

¹Graduanda da Licenciatura em Letras pelo Instituto Federal de Alagoas.

E-mail: dsa12@aluno.ifal.edu.br.

²Graduando da Licenciatura em Letras pelo Instituto Federal de Alagoas.

E-mail: ls116@aluno.ifal.edu.br.

³Doutor em Educação e professor do Instituto Federal de Alagoas.

E-mail: claudioarroio@gmail.com.

1. Introdução

Ao longo dos últimos anos, a sociolinguística se desenvolveu como um campo de estudo que desempenha um papel significativo no aprimoramento do ensino da língua portuguesa. Ela se concentra na reflexão e análise da linguagem em contextos sociais, tornando-se uma ferramenta essencial para compreender a realidade linguística dos alunos nas escolas. Os estudos sociolinguísticos proporcionam aos educadores uma nova perspectiva sobre as questões envolvendo o processo de ensino e aprendizagem da língua materna, abrindo caminho para abordagens mais inclusivas e eficazes.

Apesar das orientações legais e pedagógicas essenciais, na prática, ainda existem muitas contradições, supostas mudanças falsas e uma grande resistência por parte daqueles que têm dificuldades em lidar com as necessidades reais relacionadas ao ensino da língua materna.

Nesse contexto, surge a discussão sobre o papel da Sociolinguística Educacional na orientação do professor em sala de aula e na transformação da escola como um espaço dedicado ao ensino da linguagem e à compreensão da diversidade humana. Isso implica na compreensão de como a escola e os professores se envolvem com a pedagogia da variação linguística, uma perspectiva sociolinguística que busca uma mudança significativa na abordagem diária da língua portuguesa em sala de aula. (BORTONI-RICARDO, 2004; 2005)

2. Um pouco da trajetória histórica da Sociolinguística

Podemos ressaltar a grande contribuição para o estudo da linguística Ferdinand Saussure. No seu livro "Cursos de Linguagem Geral" Saussure deu início a linguística moderna. Saussure é um marco na linguística, segundo a qual a língua é tomada em si mesma, separado por fatores externos, relações com a natureza.

No início do século XX, começaram a surgir os primeiros frutos dos estudos que viriam a moldar a área da sociolinguística. Essas pesquisas demonstraram que a linguagem desempenha um papel fundamental na comunicação entre os membros de uma comunidade, tornando-se assim um elemento crucial nas relações humanas, como destacado por Pretti (1982, p. 1).

As conversas teóricas estimuladas pelos princípios da sociolinguística na área educacional não se concentram mais, atualmente, na mera categorização da variação linguística. O foco atual reside em abordar a questão de como gerenciar a diversidade linguística, como apontado por Faraco (2008, p. 181).

3. A Escola pública e seu papel no ensino da língua materna

Para aprofundar nossa compreensão da proposta de um ensino baseado na sociolinguística e abordar o desafio de equilibrar as normas, os padrões e o uso da língua no contexto escolar, é relevante explorar as perspectivas de autores que se dedicam a essas questões e as abordagens que eles defendem:

Devemos lutar para criar uma *pedagogia da variação e da mudança linguística*, uma reeducação sociolinguística, em que a língua seja sempre vista como heterogênea, variável e mutante, sujeita às vicissitudes e peripécias da vida em sociedade.

Em vez de tentar ensinar somente a regra A ou somente a regra B, como se elas fossem mutuamente excludentes, é possível transformar em objeto e objetivo de ensino a própria existência de A e B, e o convívio das duas! [...] Não se trata, portanto, de substituir a forma nova pela antiga, nem a antiga pela nova, mas de compreender os mecanismos da variação e da mudança linguísticas, construir uma atitude de simpatia frente às formas variantes, uma atitude de investigação e de observação da dinâmica da linguagem (BAGNO, 2007, p.116).

Como observamos, a ideia de abraçar ambas as estruturas linguísticas é bem aceita, uma vez que reconhecemos que ainda estamos longe de alcançar uma transformação social completa. Mesmo a ideia de aceitar todos os dialetos como igualmente válidos e corretos, sem razões legítimas para discriminação contra falantes de dialetos não-padrão, é vista por muitos como uma ideia utópica. Portanto, a adoção do "bidialetalismo funcional" (onde os falantes de dialetos não-padrão aprendem o dialeto-padrão para usá-lo nas situações em que é necessário) ou seja, como proposto por Soares (2002, p. 49), surge como uma solução educacional.

Segundo Marcos Bagno:

Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a autoestima do indivíduo. Somente assim, no início de cada ano letivo este indivíduo poderá comemorar a *volta às aulas*, em vez de lamentar a *volta às jaulas!* (BAGNO, 2001, p.145).

De acordo com as palavras de Luiz Antônio Marcuschi em 2008 (página 55), podemos interpretar a expressão "ensino de língua" como o processo de aprimoramento da "habilidade de comunicação" em vez de simplesmente considerar que crianças, adolescentes ou adultos já possuem um conhecimento básico da língua e podem comunicar-se de maneira adequada ao chegar à escola. Nesse contexto, ele oferece duas observações relevantes:

Em primeiro lugar, observa-se uma redefinição do papel da escola, que não se limita mais estritamente ao ensino da escrita, mas que amplia sua atuação para abranger a esfera da comunicação de modo mais abrangente. Nesse sentido, a escola passa a incorporar também o desenvolvimento da competência oral. Importante ressaltar que isso não implica no ensino da língua falada em si, mas na capacitação para utilizar as formas orais em situações que não são frequentes no cotidiano, mas que necessitam de domínio. Além disso, além das dimensões da escrita e oralidade, o ensino da língua materna abarca questões relacionadas a processos argumentativos e pensamento crítico. Tudo isso ocorre dentro do contexto em que se insere a questão gramatical e todo o trabalho com a língua. O enfoque passa a ser a promoção da reflexão sobre a língua, deixando de lado o ensino meramente normativo em favor de um ensino mais orientado à reflexão.

Marli Quadros Leite (2008, p.121) resume de maneira fundamental o que se espera que a escola, incluindo as públicas, realize:

No entanto, surge a pergunta: qual é o papel da escola no que diz respeito ao ensino da língua materna? Não existem soluções prontas, mas é evidente que abordagens extremistas são ineficazes. Dado que a maioria da população brasileira não é exposta em casa à norma culta e, ao ingressar na escola, naturalmente utiliza seus dialetos populares de origem, é responsabilidade da instituição educacional respeitar essa forma de linguagem e gradualmente ajudar o aluno a desenvolver consciência de outras possibilidades linguísticas, sem preconceitos em relação à capacidade de aprendizado de estudantes de classes sociais menos favorecidas e sem criar discursos intolerantes nesse sentido.

De acordo com a abordagem de Maria Helena de Moura Neves (2006, p.20), fica evidente que um padrão linguístico que não emerge da observação dos usos reais da língua não pode ser considerado autêntico. Um manual de gramática não deve se restringir à descrição de um padrão ideal e fictício, que, portanto, carece de legitimidade. Portanto, é válido considerar que a língua verdadeiramente existe, possui valor e representação quando é utilizada ativamente por indivíduos na prática, em vez de apenas constar em registros teóricos sem aplicação real.

4. O reconhecimento sociolinguístico

Originada nos Estados Unidos na década de 1960, a sociolinguística representou uma mudança de paradigma, com muitos linguistas decidindo que não poderiam mais estudar a língua isoladamente, sem levar em consideração o contexto social em que ela é utilizada. Isso ficou bem ilustrado no Brasil pelos versos do poeta Oswald de Andrade, que destacou o vocabulário típico dos trabalhadores de classes economicamente menos privilegiadas.

O estudo da variação linguística e da mudança sob a perspectiva sociolinguística foi grandemente influenciado por William Labov, nascido em 1927, que se tornou uma figura de

destaque na área. Em 1966, Labov publicou seu pensamento no livro "Estudo da Língua em seu Contexto Social" (Sociolinguistic Patterns), onde enfatizava que o objeto de estudo era a estrutura e a evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade linguística.

Essas ideias também se alinhavam com as anteriores de Antoine Meillet (1866 – 1936), que escreveu extensivamente sobre a natureza social da língua. Embora muitas vezes tenha sido apresentado como discípulo de Ferdinand de Saussure (1857 – 1913), Meillet afastou-se da linguística estrutural ao adotar posições contrárias e abordar temas considerados anti-saussurianos. Ele levou a sério a ideia de que a língua é um fenômeno social.

Quanto à evolução linguística e às reações que ela gera, é interessante observar o que o autor apresenta, mesmo que de forma resumida:

Podemos levar em consideração que o processo de variação na linguagem ocorre em três etapas distintas. Inicialmente, a mudança se manifesta como uma simples variação, dentre várias outras, no discurso de algumas pessoas. Em seguida, essa variação se espalha e começa a ser adotada por um número significativo de falantes, chegando ao ponto de confrontar diretamente a forma anterior. Por fim, a mudança se estabiliza e se torna parte regular da linguagem, à medida que as formas concorrentes são eliminadas. (Adaptado de 1976 apud CALVET, 2002, p. 87).

A Sociolinguística é notável por sua busca na observação das interações sociais e práticas comuns de comunicação através da linguagem oral, a fim de analisar o valioso meio de interação que é a língua. De uma maneira mais simples e prática, a sociolinguística pode ser entendida como o estudo da linguagem conforme influenciada pelas relações sociais, e, conseqüentemente, as variações linguísticas que surgem como resultado. Ela também nos abre portas para enxergar um mundo linguístico em constante mudança, sensibilizando-nos para a flexibilidade da língua.

5. Ensino de língua portuguesa no Brasil

Conforme Silveira e Francisco (2016), o ensino da língua portuguesa no Brasil ainda mantém uma abordagem ancorada nos princípios da normatividade linguística, caracterizada pela falta de contexto e ênfase na estrutura. Mesmo com a disseminação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE), os professores de língua portuguesa continuam aderindo às regras gramaticais normativas em suas aulas, sem levar em consideração o uso efetivo da língua.

De acordo com a abordagem de Maria Helena de Moura Neves (2006, p.20), fica evidente que um padrão linguístico que não emerge da observação dos usos reais da língua não

pode ser considerado autêntico. Um manual de gramática não deve se restringir à descrição de um padrão ideal e fictício, que, portanto, carece de legitimidade. Portanto, é válido considerar que a língua verdadeiramente existe, possui valor e representação quando é utilizada ativamente por indivíduos na prática, em vez de apenas constar em registros teóricos sem aplicação real.

Segundo Bagno (2010), o ensino da língua portuguesa tem sido dominado pela norma padrão desde o Renascimento, uma concepção de correção linguística promovida pela elite da época. Assim, o tradicional ensino de português nas escolas está quase que inteiramente centrado no ensino de regras gramaticais, como se isso representasse, de fato, o ensino da língua portuguesa. Esse enfoque reflete uma ideologia política e cultural (SILVEIRA; FRANCISCO, 2016, p.144).

Silveira e Francisco (2016) argumentam que esse paradigma persiste até os dias de hoje, em grande parte devido a diversos fatores. Pais e mães dos alunos, muitos deles educados no mesmo sistema tradicional da língua, acreditam que o aprendizado das "regrinhas" gramaticais é o caminho certo para seus filhos e, por isso, pressionam os professores ao longo do ano letivo. Eles consideram que a gramática tradicional é sinônimo de língua portuguesa. Além disso, Silveira e Francisco (2016) apontam que a mídia desempenha um papel significativo na perpetuação dessas ideias.

Outro fator contribuinte é a crença arraigada entre os profissionais da educação. Muitos deles não receberam formação acadêmica e contínua que os encoraja a refletir sobre as abordagens baseadas na Sociolinguística. A falta de políticas públicas que promovam a formação contínua dos professores, a disponibilidade de materiais pedagógicos de alta qualidade e outras questões similares também contribuem para a repetição de aulas centradas na gramática tradicional. Como resultado, dois grandes problemas se manifestam nas salas de aula: a ênfase nas categorias gramaticais e a abordagem normativa que restringe a compreensão do complexo da língua. A presença predominante da gramática normativa no ensino de língua portuguesa, conforme apontam alguns linguistas e gramáticos, não conduz a uma aprendizagem satisfatória. Isso ocorre também porque os professores formados há muitos anos não foram expostos a teorias sobre a variação linguística, levando a uma visão da língua como homogênea e inibindo a criatividade dos estudantes, limitando-os a se expressarem de acordo com o modelo culto preestabelecido pelas normas (SILVEIRA; FRANCISCO, 2016, p.145).

6. Considerações Finais

Este artigo abordou a influência da sociolinguística no ensino da língua portuguesa, destacando a importância de considerar as interações sociais e a diversidade linguística como

elementos essenciais na educação. Apesar das orientações pedagógicas existentes, muitos educadores ainda aderem rigidamente à gramática normativa, o que pode limitar o potencial de aprendizado dos alunos. No entanto, a Sociolinguística Educacional se apresenta como uma alternativa promissora, proporcionando orientação aos professores e transformando a escola em um ambiente que valoriza a variação linguística.

A necessidade de uma abordagem mais flexível e inclusiva no ensino da língua é clara. O respeito à diversidade linguística e cultural deve ser promovido, resultando em uma educação mais equitativa e enriquecedora. Além disso, a valorização das diferentes formas de expressão linguística dos alunos pode aumentar a autoestima e a confiança deles, tornando o processo de aprendizado mais motivador e eficaz. É fundamental reconhecer que a língua é um fenômeno em constante evolução, refletindo as mudanças e complexidades da sociedade.

Para avançar nessa direção, é crucial que os educadores recebam formação contínua que os capacite a adotar abordagens pedagógicas baseadas na Sociolinguística Educacional. Além disso, políticas públicas devem ser implementadas para disponibilizar materiais pedagógicos de alta qualidade que auxiliem os professores nesse processo de transformação.

7. Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola. 2001.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso** – por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI, Ricardo, Stella Maris. **O professor pesquisador** – introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto. 2008. (Coleção imagem e ensino)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual**, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola. 2008.

MIRA MATEUS, Maria Helena. **Norma e variação**. Alfragide, Editorial Caminho: 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?**. Norma e uso na língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2006.

SILVEIRA, Bruno Tonetto; FRANCISCO, Odair Benedito. O atual ensino de língua portuguesa: considerações sobre o real e o ideal. In **Pedagogia em foco**. V. 11. N. 6. Iturama, 2016. p. (135-155).

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática. 2002.